

A Controladoria-Geral da União busca ampliar o conceito de compliance no mercado ao incluir esses temas na avaliação de integridade corporativa feita pelo Programa Empresa Pró-Ética

Instituído em 2010, o Programa Empresa Pró-Ética da Controladoria-Geral da União (CGU) está ampliando o conceito de ética empresarial no setor privado. A nova edição do programa, iniciada este ano, passou a avaliar o compromisso das empresas com ações de respeito aos direitos humanos, responsabilidade socioambiental, diversidade e inclusão, além de fazer a habitual análise das ações de prevenção e combate à corrupção das instituições. O objetivo é incentivar uma cultura empresarial que una integridade e impacto social positivo.

A novidade é uma das ações do Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC) da CGU já concluídas. A concretização do Plano, iniciada em 2025, será finalizada em 2027.

Segundo a diretora de integridade privada da CGU, Cristine Ganzenmüller, o Pró-Ética é também um chamado à responsabilidade social e ambiental das empresas. “A nova abordagem incentiva a adoção de um modelo de negócios que adote práticas sustentáveis, com foco também na gestão de impactos ambientais, inclusão social e respeito aos direitos humanos em toda sua cadeia de valor, visando o fortalecimento da cultura de integridade de forma ampla e duradoura”, enfatizou.

Nesta rodada do Programa Empresa Pró-Ética, 202 empresas passam pela avaliação, após a conclusão da fase de admissibilidade. O resultado será apresentado pela Controladoria-Geral da União em maio de 2026. Na edição anterior do programa (2022-2023), 254 instituições foram analisadas e 84 receberam aprovação.

[Veja mais detalhes sobre as fases já concluídas](#)

Processo de avaliação

A adesão ao programa é voluntária e gratuita, e o processo é conduzido de forma sigilosa e imparcial.

As empresas que participam da iniciativa passam por uma avaliação rigorosa conduzida pelo Sistema de Avaliação e Monitoramento de Programas de Integridade (SAMPI). A ferramenta desenvolvida pela CGU exige que as companhias preencham formulários detalhados e anexem documentos comprobatórios, permitindo uma análise técnica e padronizada. Atualmente, o programa está na fase de avaliação das ações das empresas inscritas.

Ao final do processo, as empresas que demonstram a efetiva implementação e aplicação de mecanismos de integridade e o seu compromisso com a ética empresarial poderão ser reconhecidas publicamente como uma Empresa Pró-Ética. Este reconhecimento contribui para o fortalecimento da imagem institucional da empresa, ampliando sua credibilidade e competitividade no mercado, inclusive em certames públicos.

O programa disponibiliza ainda um relatório técnico individualizado, contendo a análise detalhada do programa de integridade da empresa, com orientações e recomendações para aprimoramento contínuo.

Referência e inspiração

Ao longo de suas edições, o Pró-Ética consolidou-se como um importante instrumento de indução de boas práticas no Brasil. Ao reconhecer publicamente as empresas mais comprometidas com a integridade, o programa atua como vitrine e inspiração para o setor empresarial. Além disso, o programa posiciona o Brasil em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e com práticas reconhecidas internacionalmente no campo da governança corporativa.

Legismap Roncarati

Programa da CGU passa a avaliar empresas brasileiras por critérios de igualdade e sustentabilidade pela primeira vez

O programa conquistou reconhecimento internacional, sendo classificado como uma "Boa Prática" pela Organização dos Estados Americanos (OEA), um "esforço positivo" pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e "um dos melhores exemplos" de práticas que abordam o tema pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês). Esse prestígio solidificou o Brasil como referência global neste assunto. A iniciativa inspirou, inclusive, a criação de programas semelhantes em países vizinhos, como Colômbia e Paraguai.

[Saiba mais sobre o Programa Empresa Pró-Ética](#)

Fonte: Controladoria-Geral da União, em 06.01.2026